

BALANÇO 2018

PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em Reais)

	31/12/18	31/12/17
■ ATIVO		
CIRCULANTE	25.335.081,64	19.424.284,95
Disponível	682.894,44	1.590.080,02
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	3.628.658,66	3.258.247,10
Aplicações financeiras não vinculadas	18.039.831,06	6.404.052,91
Contraprestações Pecuniárias/Prêmios a Receber	2.961.075,32	1.441.486,96
Outros créditos	22.622,16	6.730.417,96
NÃO CIRCULANTE	5.833.447,37	1.403.692,43
Imobilizado	6.224.617,03	1.613.933,67
(-) Depreciação Acumulada	-391.169,66	-210.241,24
TOTAL DO ATIVO	31.168.529,01	20.827.977,38
■ PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	9.855.994,44	7.721.133,29
Provisões técnicas	6.862.898,69	6.735.093,63
Eventos a liquidar c/ operações de assist. a saúde	2.228.794,63	333.482,47
Obrigações com Pessoal	267.785,71	218.700,49
Fornecedores	149.971,58	27.466,11
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	318.942,62	397.311,52
Provisões para Ações Judiciais	17.350,00	-
Outros débitos a pagar	10.251,21	9.079,07
NÃO CIRCULANTE	40.252,33	-
Provisões técnicas	40.252,33	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.272.282,24	13.106.844,09
Patrimônio Social	13.106.844,09	6.971.428,56
Superávit/(Déficit) do exercício	8.165.438,15	6.135.415,53
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.168.529,01	20.827.977,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Geral, encerrado em 31 de Dezembro de 2018, somando a importância de R\$ 31.168.529,01 (trinta e um milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e um centavo).

João José Marques - Presidente Benedicto Alexandroni - Tesoureiro

Alfredo Fumio Koketsu - Contador - C.R.C. 1SP106887/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

	31/12/18	31/12/17
■ RECEITA BRUTA	92.829.028,92	71.885.654,42
Contraprestações efetivas de oper. assist. saúde	92.829.028,92	71.885.654,42
■ DEDUÇÕES DA RECEITA	-248.258,49	-242.912,4
Variações das provisões técnicas	151.083,97	29.723,64
Tributos diretos	-399.342,46	-272.636,04
■ RECEITA LÍQUIDA	92.580.770,43	71.642.742,02
■ CUSTO DA RECEITA	-78.184.355,44	-61.888.362,81
Eventos indenizáveis oper. assist. saúde	-78.184.355,44	-61.888.362,81
■ SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO	14.396.414,99	9.754.379,21
■ DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	-1.457.952,42	-624.446,85
■ DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-5.173.999,67	-3.196.881,32
■ RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	878.995,39	674.296,58
Receitas financeiras	886.769,95	674.299,04
(-) Despesas financeiras	-7.774,56	-2,46
■ OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS)	-478.020,14	-471.932,09
■ RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	8.165.438,15	6.135.415,53
■ SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	8.165.438,15	6.135.415,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

João José Marques - Presidente Benedicto Alexandroni - Tesoureiro

Alfredo Fumio Koketsu - Contador - C.R.C. 1SP106887/O-0

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

	31/12/18	31/12/17
■ Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do período	8.165.438,15	6.135.415,53
Depreciação	180.928,42	49.377,36
■ (Aumento)/Diminuição Contas do Ativo	5.188.207,44	1.526.385,70
(Aumento) / Diminuição das Contraprestações a receber	-1.519.588,36	-285.132,57
(Aumento) / Diminuição dos Outros créditos	6.707.795,80	1.811.518,27
■ Aumento/(Diminuição) Contas do Passivo	2175113,48	-2.197.319,05
Aumento / (Dim.) das Provisões técnicas	168.057,39	-2.659.205,48
Aumento / (Dim.) de Event. a liqui. c/op. de assist. a saúde	1.895.312,16	-106.611,76
Aumento / (Dim.) de Obrigações com Pessoal	49.085,22	218.700,49
Aumento / (Dim.) dos Fornecedores	122.505,47	26.626,11
Aumento / (Dim.) dos Trib. e Encargos Sociais a Recolher	-78.368,90	314.092,52
Aumento / (Dim.) das Provisões para Ações Judiciais	17.350,00	-
Aumento / (Dim.) de Outros débitos a pagar	1.172,14	9079,07
■ Caixa líquido proveniente das atividades operac.	15.709.687,49	5.513.859,54
■ Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) / Diminuição de Aplic. vinc. a provisões téc.	-370.411,56	2.337.225,94
(Aumento) / Diminuição de Aplic. financeiras não vinc.	-11.635.778,15	-6.403.732,76
Aquisição de Ativo Imobilizado	-4.610.683,36	-8.396,27
■ Caixa líquido proveniente das ativ. de investimento	-16.616.873,07	-4.074.903,09
■ Aumento/(Diminuição) liq. de cx. e equivalentes de cx.	-907.185,58	1.438.956,45
■ Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.590.080,02	151.123,57
Caixa e equivalente de caixa no final do período	682.894,44	1.590.080,02
Aumento/(Diminuição) liq. de cx. e equivalentes de cx.	-907.185,58	1.438.956,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

João José Marques - Presidente Benedicto Alexandroni - Tesoureiro

Alfredo Fumio Koketsu - Contador - C.R.C. 1SP106887/O-0

EBITDA

	31/12/18	31/12/17
■ Receita Bruta da Entidade		
Contraprestações efetivas de oper. assist. saúde	92.829.028,92	71.885.654,42
■ Deduções da Receita		
Variações das provisões técnicas	151.083,97	29.723,64
Tributos diretos	-399.342,46	-272.636,04
■ (=) Receita líquida das vendas/serviços	92.580.770,43	71.642.742,02
(-) Custo dos Serviços	-78.184.355,44	-61.888.362,81
(=) Superávit Bruto	14.396.414,99	9.754.379,21
■ Despesas operacionais		
(-) De comercialização	-1.457.952,42	-624.446,85
(-) Administrativas	-5.173.999,67	-3.196.881,32
(+/-) Outros Resultados	-478.020,14	-471.932,09
■ Ajustes		
(+) Depreciação e Amortização	180.928,42	49.377,36
■ (=) EBITDA	7.467.371,18	5.510.496,31
Margem:	8,07%	2,08%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Resultado do exercício	Total
■ SALDO EM 31/12/2016	6.932.063,86	39.364,70	6.971.428,56
Transferência para patrimônio social	39.364,70	-39.364,70	-
Superávit do exercício	-	6.135.415,53	6.135.415,53
■ SALDO EM 31/12/2017	6.971.428,56	6.135.415,53	13.106.844,09
Transferência para patrimônio social	6.135.415,53	-6.135.415,53	-
Superávit do exercício	-	8.165.438,15	8.165.438,15
■ SALDO EM 31/12/2018	13.106.844,09	8.165.438,15	21.272.282,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

João José Marques - Presidente Benedicto Alexandroni - Tesoureiro

Alfredo Fumio Koketsu - Contador - C.R.C. 1SP106887/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em Reais)

1 - OPERAÇÕES

O Plano de Saúde da Santa Casa de Bragança Paulista é uma associação civil que tem por finalidade a operação e a comercialização de Plano Privado de Assistência à Saúde, em conformidade com a legislação vigente.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, bem como as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, incluindo as receitas, despesas, gratuidades, doações, e aplicações de recursos.

B) Provisão para perdas sobre créditos: As provisões para perdas sobre créditos foram constituídas com base nos critérios estabelecidos pela ANS, onde, nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo parcelas vencido há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito é provisionada, e para os demais planos, são provisionadas a totalidade dos créditos vencidos há mais de 90 (noventa) dias.

C) Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens. No exercício de 2016, o grupo do Imobilizado teve sua mensuração estabelecida com base no "Laudo de Avaliação de Patrimônio Líquido a Valor Contábil" emitido pela "Pioneira Serviços Contábeis LTDA". Os Ativos Imobilizados tiveram por origem a Cisão Parcial da "Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista".

D) Provisões Técnicas de operações de assistência à saúde: Constituída para garantia das obrigações contratuais, com base nas disposições contidas na Resolução - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2.015 e alterações, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

E) Impostos e contribuições sociais a recolher: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço.

F) Demais Ativos e Passivos: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

G) Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("impairment"), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

H) Eventos conhecidos ou Avisados de Assistência Médico Hospitalar: As despesas com eventos conhecidos ou Avisados de Assistência Médico Hospitalar relativo à rede conveniada são reconhecidas considerando a data de emissão das faturas médicas, ou seja, do aviso pelos prestadores ou do Aviso de Beneficiários Identificados - ABI, em atendimento a Resolução Normativa - RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2.012 e alterações, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

4 - CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIARIAS/PRÊMIOS A RECEBER	2018	2017	5 - IMOBILIZADO	2018	2017	6 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2018	2017
Contraprestações - Planos Individuais	1.233.299,60	927.740,49	Terrenos	1.885.880,37	371.104,00	IRRF	29.090,30	25.198,08
Contraprestações - Planos Coletivos	1.763.847,92	539.327,77	Edificações	3.719.657,03	1.234.433,40	CSLL/PIS/COFINS - Retidos	49.995,17	50.525,89
			Máquinas e Equipamentos	19.921,18	704,00	PIS	2.100,80	1.880,23
			Equip. de Processamento de dados	503.726,33	-	ISS	181.825,81	272.636,04
			Móveis e Utensílios	95.432,12	7.692,27	INSS	43.282,41	35.924,20
						FGTS	12.648,13	11.147,08
(-) Provisão p/ perdas sobre créditos	-36.072,20	-25.581,30		6.224.617,03	1.613.933,67			
			(-) Provisão p/ perdas sobre créditos	-391.169,66	-210.241,24		318.942,62	397.311,52
TOTAL	2.961.075,32	1.441.486,96	Imobilizado líquido	5.833.447,37	1.403.692,43			

7 - ISENÇÕES USUFRUÍDAS

No exercício de 2.018, a entidade a entidade gozou da renúncia fiscal relativa aos tributos de IRPJ e CSLL, prevista para as Entidades Sem Fins Lucrativo.

8 - DISTRIBUIÇÃO DOS SALDOS DE EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médico Hospitalares - Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas - Diops do 4º trimestre de 2.018 está em conformidade com o Ofício Circular da ANS nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido e demais planos.

Planos Individuais/Familiares antes da Lei: 41111101

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Despesas	Total
Rede Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Contratada	99.853,49	128.433,76	61.915,82	3.469,59	0,00	0,00	293.672,66
Reembolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Formas de Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento em Corresponsabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	99.853,49	128.433,76	61.915,82	3.469,59	0,00	0,00	293.672,66

Planos Individuais/Familiares pós Lei: 41111102

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Despesas	Total
Rede Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Contratada	2.328.969,64	2.389.065,68	1.344.122,04	373.402,30	0,00	0,00	6.435.559,66
Reembolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Formas de Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.644.181,56	20.644.181,56
Atendimento em Corresponsabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.328.969,64	2.389.065,68	1.344.122,04	373.402,30	0,00	20.644.181,56	27.079.741,22

Planos Coletivos por Adesão pós Lei: 41111104

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Despesas	Total
Rede Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Contratada	628.397,31	830.799,76	337.396,91	164.968,04	0,00	0,00	1.961.562,02
Reembolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Formas de Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.380.527,28	22.380.527,28
Atendimento em Corresponsabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	628.397,31	830.799,76	337.396,91	164.968,04	0,00	22.380.527,28	24.342.089,30

Planos Coletivos Empresariais pós Lei: 41111106

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Despesas	Total
Rede Própria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rede Contratada	1.860.591,97	2.383.002,40	1.098.594,87	283.436,00	0,00	0,00	5.625.625,24
Reembolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Formas de Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.643.581,61	20.643.581,61
Atendimento em Corresponsabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.860.591,97	2.383.002,40	1.098.594,87	283.436,00	0,00	20.643.581,61	26.269.206,85

9 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões constituídas no montante de R\$ 17.350,00 referem-se à cobertura dos riscos de perdas consideradas prováveis nos processos ajuizados contra a Entidade, segundo julgamento dos consultores jurídicos. Existem ainda, processos ajuizados contra a entidade que são classificados como possível num montante de R\$ 186.145,46. Há também outras demandas de indenizações por danos morais, cujo valor não pode ser estimado numa eventual condenação, em razão da subjetividade do magistrado no arbitramento da causa.

10 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O saldo do Patrimônio Social é compreendido pelo Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. O superávit de dezembro de 2.018 é de R\$ 8.165.438,15 e será incorporado ao Patrimônio Social na data da aprovação do balanço pela Assembleia Geral.

11 - PLANO DE CONTAS PADRÃO

A entidade adota o plano de contas padrão das operadoras de plano de saúde, conforme determina a Resolução da Diretoria Colegiada RDC n.º 38, de 27 de outubro de 2.000, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 314, de 23 de novembro de 2.012, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, cujo Relatório dos Auditores Independentes foi emitido em 20 de fevereiro de 2018, sem ressalva.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração do PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Piracicaba - SP, 08 de fevereiro de 2019.

Moda Auditores Independentes S/S.

CRC n.º 2SP021705/O-8

CVM n.º 8990

Luis Antonio Moda

Contador CRC n.º 1SP143555/O-0